



## Chegamos à edição



O Senado lançou seu jornal em 4 de maio de 1995, uma quinta-feira. A edição inaugural teve quatro páginas ilustradas com fotos em preto e branco. A manchete tratou dos debates em torno do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que seria aprovada no ano seguinte e está em vigor até hoje. Quando o **Jornal do Senado** começou a circular, a Casa era comandada por José Sarney e o Brasil era presidido por Fernando Henrique Cardoso. Hoje, também uma quinta-feira, o **Jornal do Senado** chega à edição 5.000. Pelas manchetes dos últimos 23 anos e meio, vê-se o quanto o país avançou — com a ajuda do Senado — em campos como educação, saúde e inclusão de minorias. A Casa lançou o jornal impulsionada pelos ideais de transparência e participação social trazidos pelo fim da ditadura, em 1985, e pela criação da atual Constituição, em 1988. Pouco depois, ainda em meados da década de 1990, Sarney lançaria a TV, a rádio e a agência de notícias on-line do Senado. Esse sistema de comunicação permite aos brasileiros acompanhar, sem filtro, todo o trabalho legislativo dos senadores. A marca de 5.000 edições do **Jornal do Senado** serve de motivo para rever o caminho que foi percorrido no passado e de motivação para planejar os passos a serem dados no futuro.

EDIÇÃO 1 — MAIO DE 1995

# Senado começa a restringir fumo em espaços fechados

Se o projeto de lei em estudo no Senado for aprovado, os aviões e os ônibus deverão ter assentos exclusivos para fumantes. Ao mesmo tempo, locais com grande circulação de pessoas, como hospitais, facultades e repartições públicas, serão obrigados a criar fumódromos.

Embora hoje soem bizarras, essas medidas eram necessárias e urgentes no Brasil de meados da década de 90. Havia cinzeiro em todo lugar. Os fumantes acendiam o cigarro onde bem entendessem, transformando todos ao redor em fumantes passivos.

A fumaça tóxica preocupava os senadores. Na edição número um, em maio de 1995, o **Jornal do Senado** estampou na primeira página que os parlamentares da Comissão de Assuntos Econômicos haviam acabado de aprovar aquele projeto antitabaco. A proposta viraria lei federal no ano seguinte.

Esse foi o primeiro de uma série de endurecimentos graduais. Em 2000, uma lei baniu totalmente o fumo de aviões e ônibus. Em 2011, outra norma acabou com os fumódromos.

Também foram destaque na edição de estreia do **Jornal do Senado** o projeto que criaria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mais conhecida pela sigla LDB, a lei repartiria entre a União, os estados e os municípios a hercúlea missão de garantir a universalização do ensino no país.

O relator do projeto foi o senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), um dos mais notáveis pensadores da educação brasileira.

“Darcy Ribeiro comparou a situação do Brasil nessa área a carências somente observadas de forma tão grave em Bangladesh”, informou a reportagem.

A educação era regida por uma lei de 1971, da época da ditadura. A LDB seria aprovada em 1996 e está em vigor até hoje.

Nos dias seguintes, ainda em maio de 1995, o **Jornal do Senado** noticiou que havia senadores contrários ao leilão da Vale, por considerá-la estratégica para o país (a privatização ocorreria em 1997), e que parlamentares cobravam o início das obras de transposição do Rio São Francisco (os primeiros canais só receberiam água em 2017).

No mesmo mês, o ministro da Marinha prometeu aos senadores numa audiência pública que o Brasil teria um submarino de propulsão nuclear em 2004. O projeto não saiu do papel até hoje.



# Jornal reflete os avanços do Brasil desde 1995

Ricardo Westin

**BASTA UMA** passada de olhos rápida e aleatória por algumas poucas manchetes do **Jornal do Senado** para ver o quanto o Brasil e a sociedade avançaram desde que a publicação começou a circular, em 4 de maio de 1995, e o quanto os senadores tiveram um papel decisivo nessa evolução. Leis fundamentais para o país foram, no todo ou em parte, concebidas dentro da Casa (veja exemplos no quadro ao final destas páginas). Ao longo destes 23 anos, graças ao **Jornal do Senado** (e também aos demais meios de comunicação institucionais), os brasileiros podem acompanhar os debates sobre os projetos de lei nas comissões e no Plenário e, devidamente informados, interferir no processo expressando suas opiniões e anseios ao Senado ou diretamente aos senadores. Importante: os brasileiros podem acompanhar não alguns debates, mas todos. O **Jornal do Senado** é, portanto, um instrumento que facilita o exercício da cidadania.

EDIÇÃO 1.000 — DEZEMBRO DE 1999

## Violência de gênero vira tema urgente na virada do século

Em dezembro de 1999, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu penas mais duras para homens que agredissem ou matassem mulheres, e a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) pediu um número telefônico gratuito dedicado a receber denúncias de violência de gênero.

A frequência com que o tema aparecia nas páginas do **Jornal do Senado** em novembro de 1999, época da milésima edição, indica que a agressão contra as mulheres, sempre tolerada, começava a ser inaceitável. Avanços ocorreriam progressivamente, com leis pontuais, até enfim chegar a Lei Maria da Penha, em 2006.

Outro tema ligado à violência ocupava a pauta do Senado em 1999: as mortes por arma de fogo. Renan Calheiros (PMDB-AL) foi um dos senadores que defenderam o fim da venda de armas no país.

O Senado saberá fazer a opção correta entre a sociedade, assustada e desamparada com a violência, e uma confraria de fabricantes de armas, que só focaliza lucros — disse.



O Estatuto do Desemprego viria em 2003. Ainda em 1999, os senadores estudavam garantir aos remanescentes dos quilombos o direito às terras que ocupavam, debatiam a criação de regras para a produção de alimentos transgênicos (uma novidade promissora e assustadora) e concluíam a CPI do Judiciário, formada após o superfaturamento das obras de um tribunal de São Paulo, protagonizado pelo juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau.

— A CPI mostrou que o Judiciário, como todos os outros Poderes, tem problemas que não podem mais ficar escondidos — afirmou o senador Paulo Souto (PFL-BA).

EDIÇÃO 2.000 — AGOSTO DE 2004

## Senadores propõem fórmulas para valorizar salário mínimo

Na época em que o **Jornal do Senado** chegou à edição 2.000, em agosto de 2004, o salário mínimo era motivo de inquietação no país. Parte dos senadores se mostrava frustrada com os R\$ 260 aprovados pelo Congresso pouco antes — só R\$ 20 a mais em relação a 2003. Hoje o mínimo está em R\$ 954.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), então, propôs que o mínimo crescesse no mesmo percentual da inflação. O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu que sofresse reajustes correspondentes ao dobro da variação do PIB.

Pelas notícias do **Jornal do Senado**, os remédios também estavam na ordem do dia. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o recém-lançado programa Farmácia Popular, que venderia medicamentos a preços simbólicos. Para ela, o certo seria o governo investir na rede pública de saúde, sem cobrar nada da população.

Em outra frente, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou uma proposta que obrigaria a indústria farmacêutica a imprimir a bula dos medicamentos com letras grandes. O projeto não era motivo de prosperidade. Foi apenas em 2009 que a Anvisa proibiu as letras minúsculas.

Naquele mesmo 2004, Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu a criação de uma agência reguladora da aviação comercial, Paulo Paim cobrou urgência no Estatuto da Igualdade Racial e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) discursou que o Brasil seria mais democrático se adotasse o financiamento público de campanhas políticas.

Enquanto a Anac nasceu em 2005, a lei contra o racismo veio em 2010. Foi só em 2018 que o país teve campanha eleitoral sem dinheiro doado por empresas.



EDIÇÃO 3.000 — ABRIL DE 2009

## Projeto prevê cotas sociais e raciais nas facultades federais

Em 2009, as cotas sociais e raciais no vestibular eram experimentadas em algumas universidades públicas, mas ainda faltava uma lei que estendesse as regras a todo o ensino superior federal. As discussões avançavam no Senado.

Segundo uma reportagem publicada na edição 3.000 do **Jornal do Senado**, em abril daquele ano, a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) fazia uma intensa campanha para que os colegas aprovassem as cotas na universidade. Ela era a relatora do projeto de lei e resistia às pressões para suavizá-lo.

— Se a cota racial for retirada, a proposta ficará desfigurada — argumentou a senadora.

Os debates no Congresso continuaram acalorados e só terminariam cinco anos depois, quando o projeto foi finalmente aprovado. Desde 2014, 50% das vagas das universidades públicas estão reservadas para estudantes que cursaram toda o ensino médio em escola pública. Uma parte dessas vagas, além disso, tem que ser preenchida por negros, índios e pessoas com deficiência.



Nesse mesmo momento, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) recomendou que o Congresso se atentasse para a crescente população de viados em crack e o senador Magno Malta (PR-ES) pediu a aprovação de seu projeto que obrigava os condenados em regime semiaberto ou prisão domiciliar a usar tornozeleira eletrônica.

As novas regras previstas no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entraram em vigor em 1º de janeiro de 2009. Em abril, a pedido do senador Romeu Tuma (PTB-SP), o Senado lançou um livro impresso em braile apresentando aos cegos a nova ortografia.

EDIÇÃO 4.000 — NOVEMBRO DE 2013

## Proposta de CPI vira lei e inclui feminicídio no Código Penal

Partiu da CPI da Violência contra a Mulher, formada por senadores e deputados, a iniciativa de elaborar um projeto que transformaria o feminicídio num crime específico, previsto no Código Penal.

— Mulheres não podem continuar sendo mortas pela simples razão de serem mulheres — disse a senadora Ana Rita (PT-ES), segundo uma reportagem publicada na edição 4.000 do **Jornal do Senado**, em novembro de 2013.

A tipificação do feminicídio vai completar a Lei Maria da Penha — avaliou a senadora Ana Amélia (PP-RS).

O feminicídio entrou no Código Penal um ano e meio mais tarde.

Em 2013, o problema migratório que o país enfrentava era o de haitianos. Só naquele ano, 10 mil imigrantes do Haiti entraram no Brasil pelo Acre. O país caribenho fora devastado por um terremoto em 2010.

Senadores foram ao estado para verificar a situação dos haitianos e também das cidades, que não tinham infraestrutura para abrigar tanta gente.

— Os municípios estão ficando sobrecarregados, o que pode gerar conflitos entre moradores e imigrantes — afirmou o senador Jorge Viana (PT-AC).

O Senado, então, autorizou o Acre a obter do Banco Mundial um empréstimo de R\$ 250 milhões, tendo a União como avalista.

Dias depois, o Congresso organizou uma sessão em que, simbolicamente, devolveu o mandato ao presidente João Goulart, deposto pelo golpe de 1964. A medida foi tomada por sugestão de Pedro Simon (PMDB-RS) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que pediam que o Congresso se retratasse por ter declarado vaga a Presidência da República em 2 de abril de 1964.

Na época da retratação, a Comissão Nacional da Verdade, criada pelo Palácio do Planalto, investigava as violações de direitos humanos cometidos pela ditadura militar (1964-1985). No Senado, funcionava a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, criada para ajudar os trabalhos do colegiado do governo.

— Uma das missões da Comissão Nacional da Verdade é recontar os fatos principalmente para os jovens, que ouviram falar da ditadura, mas não viram aquela violência — disse, numa audiência no Senado, José Carlos Dias, integrante da comissão nacional e ex-ministro da Justiça.



### Manchetes mostram que Senado teve papel decisivo nas grandes decisões do país

<p><b>1996</b></p> <p><b>JORNAL DO SENADO</b></p> <p>Senado aprova remédios de graça para aidiéticos e portadores do HIV</p>	<p><b>1999</b></p> <p><b>JORNAL DO SENADO</b></p> <p>Senado aprova fim dos manicômios</p>	<p><b>2000</b></p> <p><b>JORNAL DO SENADO</b></p> <p>Senado aprova Lei de Responsabilidade Fiscal</p>	<p><b>2002</b></p> <p><b>JORNAL DO SENADO</b></p> <p>Senado aprova projeto que reconhece a língua de sinais</p>	<p><b>2003</b></p> <p><b>JORNAL DO SENADO</b></p> <p>Plenário aprova estatuto que protege os idosos</p>	<p><b>2007</b></p> <p><b>JORNAL DO SENADO</b></p> <p>Rigor nas penas para crimes hediondos</p>	<p><b>2013</b></p> <p><b>JORNAL DO SENADO</b></p> <p>Senado garante hora extra e outros direitos para domésticas</p>	<p><b>2017</b></p> <p><b>Jornal do Senado</b></p> <p>Senado acaba com coligações partidárias a partir de 2020</p>
--	---	---	---	---	--	--	---

# Da votação dos projetos à investigação das CPIs, tudo no Senado vira notícia

Confiáveis, informações do **Jornal do Senado** ganham mais importância diante da avalanche de *fake news* nas redes sociais

**NADA DO** trabalho legislativo dos senadores fica fora das páginas do **Jornal do Senado**. Ao folhear a edição do dia, o leitor consegue se inteirar de tudo que acontece na Câmara Alta do Poder Legislativo: a votação dos projetos de lei, a elaboração das políticas públicas, os debates nas comissões temáticas, os discursos no Plenário, a investigação das CPIs, a fiscalização dos atos do governo federal.

Trata-se de uma cobertura jornalística diferente da feita pelos meios de comunicação comerciais. A imprensa torna pública apenas uma pequena parte do que acontece dentro do Senado. A seletividade se explica, entre outros fatores, pelo maior apelo dos bastidores da política partidária, pelo desinteresse pelas temas menos polêmicos da pauta legislativa e pela falta de repórteres em número suficiente para fazer uma cobertura mais ampla.

De acordo com o diretor da Secretaria Agência e Jornal do Senado, Flávio Faria, os meios de comunicação da Casa não competem com a mídia tradicional, mas a complementam:

— Quem se informa apenas pela grande mídia pode ficar com a imagem de que nada acontece no Senado. Essa é uma imagem distorcida. O trabalho é intenso. Cada projeto de lei passa por várias comissões, é tema de muitos debates e audiências públicas e sofre inúmeras mudanças antes da aprovação definitiva. A nossa missão é jogar luz sobre todo esse trabalho.

A cobertura jornalística completa também é feita pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelo Portal Senado Notícias. A diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Angela Brandão, afirma que os ve-

ículos da instituição abrem uma janela para que a sociedade veja o que ocorre dentro da Casa e, assim, servem como instrumentos de promoção da cidadania e da democracia:

— Quem acompanha o noticiário legislativo está mais apto para cobrar a aprovação de projetos e exigir o cumprimento das leis.

O **Jornal do Senado** é publicado de segunda a sexta-feira e pode ser encontrado em totens localizados na Casa (nos corredores, nas comissões e no Plenário), na rodoviária e no aeroporto de Brasília. Além disso, é enviado a todo o poder público federal em Brasília, incluindo a Câmara, o Planalto, os ministérios e os tribunais superiores.

Os exemplares são impressos na Gráfica do Senado, em papel reciclado. O jornal também pode ser lido na internet, em versão PDF ([senado.leg.br/jornal](http://senado.leg.br/jornal)).

As reportagens são escritas pelos repórteres da Agência Senado e transpostas para as páginas impressas pela equipe de editores do **Jornal do Senado**. O trabalho envolve também fotógrafos e diagramadores.

O jornal não noticia apenas aquilo que os senadores discutiram na véspera. Toda terça-feira, a coluna **Especial Cidadania** esmiúça projetos de lei específicos para mostrar de que forma eles, sendo aprovados, afetarão a vida dos cidadãos.

Na primeira segunda-feira de cada mês, a coluna **Arquivo S** apresenta algum episódio ou personagem importante da história do Brasil pela visão dos senadores das épocas em questão. O **Arquivo S** é resultado de uma parceria entre o jornal e o Arquivo do Senado.

As edições são frequentemente acompanhadas de encartes com reportagens

**Jornal do Senado**  
Senado aprova aumento de pena em casos de feminicídio

Projeto que amplia agravantes para assassinato de mulher por motivo de gênero volta para a Câmara porque houve mudança no texto original

O Senado aprovou nesta terça-feira (11) o Projeto de Lei nº 113/2018, que altera o Código Penal para aumentar a pena em casos de feminicídio. O texto original do projeto, que previa a pena de 12 a 30 anos de prisão, foi substituído por um que prevê a pena de 15 a 30 anos. A mudança foi aprovada por 67 votos a favor, 12 contrários e 19 ausentes.

**SUS deve investir mais em prevenção, diz Barros**  
O ministro da Saúde, Marcelo Freixo, afirmou que o SUS precisa investir mais em prevenção para evitar o aumento da carga de doenças crônicas.

**TSE se empenha em cumprir lei do voto impresso, afirma ministro**  
O ministro do TSE, Acir de Sá, afirmou que o TSE se empenha em cumprir a Lei do Voto Impresso, que prevê a adoção de urnas eletrônicas com tela sensível ao toque.

**Avança proposta que incentiva habitação em regiões carentes**  
O Senado aprovou nesta terça-feira (11) o Projeto de Lei nº 114/2018, que incentiva a construção de habitação popular em regiões carentes.

**Acordo plano de combate a homicídios de jovens**  
O Senado aprovou nesta terça-feira (11) o Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e os Estados Unidos para o combate a homicídios de jovens.

**Acordo especial com Estados Unidos é confirmado**  
O Senado aprovou nesta terça-feira (11) o Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e os Estados Unidos para o combate a homicídios de jovens.

**Brasil vai ter novo embaixador na Nigéria**  
O Brasil vai ter um novo embaixador na Nigéria, o senhor João Augusto de Oliveira.

**Texto que beneficia cliente de telefonia vai para a Câmara**  
O Senado aprovou nesta terça-feira (11) o Projeto de Lei nº 115/2018, que beneficia o cliente de telefonia móvel.

**ESPECIAL JORNAL DO SENADO**  
30 ANOS CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

**Constituição faz 30 anos com foco no futuro**

Frequentemente debatida, emendada, regulamentada. Mesmo assim, a Constituição de 1988 completa hoje três décadas com sua importância para a democracia brasileira

**Especial trazem, por um ano, panorama de elaboração da Carta**  
**O texto constitucional é produto de povo, diz o relator, Bernardo Cabral**  
**Wytos: 'Diversos, sim, Democracia, jamais, Absoluta, não'**

**Constituição em foco no Congresso Nacional**  
A Constituição de 1988 completa 30 anos de existência. O Senado aprovou nesta terça-feira (11) o Projeto de Lei nº 116/2018, que estabelece a data de 5 de setembro como o Dia Nacional da Constituição.

**Metade das cidades do país ainda não dá voz aos idosos**

Uma pesquisa realizada pelo Senado e pela Associação Brasileira de Municípios (ABM) revelou que apenas 47% das cidades brasileiras possuem conselhos municipais de idosos.

**De Conselhos Municipais de Idosos**

Mapa do Brasil mostrando a distribuição dos Conselhos Municipais de Idosos por estado.

**Brasil envelhece**

Gráfico de barras mostrando o aumento da população idosa no Brasil entre 2000 e 2050.

**A transição demográfica do país**

Gráfico de barras mostrando a transição demográfica do Brasil, com o aumento da população idosa e a diminuição da população jovem.

**Pedro I criou Supremo com poderes esvaziados**

Seis meses após a criação do Supremo Tribunal Federal, o imperador Pedro I viu seus poderes esvaziados por uma série de fatores.

**Relembra no paradeiro**

Um artigo que relembra o paradeiro de Pedro I após sua abdicação em 1831.

**1ª Remissão**

Um artigo que discute a primeira remissão concedida a Pedro I.

**Arquivo S**

Um artigo que apresenta um episódio da história do Brasil.

Em sentido horário, a 1ª página, o encarte sobre a Constituição e as colunas Arquivo S e Especial Cidadania

especiais sobre os mais diversos temas — como este que você tem em mãos.

Em 2014, o jornal foi reconhecido pelo encarte *O Inferno das Mulheres*. Venceu o Prêmio Nacional de Jornalismo sobre Violência de Gênero, promovido pela ONG Casa da Mulher Catarina com o apoio do governo federal.

Em razão da credibilidade e do aprofundamento, reportagens do **Jornal do**

**Senado** costumam aparecer em livros didáticos e provas de concursos públicos. Em 2016, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ofereceu aos 6 milhões de alunos participantes o trecho de um texto publicado pelo jornal sobre intolerância religiosa para orientá-los na elaboração da redação.

De acordo com Angela Brandão, os veículos de comunicação do Senado vêm ganhando ainda mais

importância por causa da crescente onda de notícias falsas nas redes sociais.

— No passado, as informações do Senado eram tidas como menores por ser oficiais. Isso mudou. Hoje, por causa das *fake news*, elas são valorizadas justamente por ser oficiais. As pessoas entendem que o grande diferencial das notícias que produzimos é a credibilidade — diz a diretora da Secretaria de Comunicação.

**JORNAL DO SENADO**  
Via N2, Bloco 11 do Senado Federal  
CEP 70.165-920, Brasília - DF  
[www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal) • [jornal@senado.leg.br](mailto:jornal@senado.leg.br)  
Twitter: @SenadoFederal • [facebook.com/SenadoFederal](https://www.facebook.com/SenadoFederal)  
Telefone: 0800 61 2211

**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
Diretora: Angela Brandão  
Coordenadora-geral:  
Ana Lucia Romero Novelli  
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

**SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO**  
Diretor: Flávio Faria  
Coordenador-geral: Silvio Burle  
Serviço de Arte: Bruno Bazílio  
Editora-chefe do **Jornal do Senado**: Fernanda Vidigal

**JORNAL DO SENADO - EDIÇÃO 5.000**  
Reportagem: Ricardo Westin | Coordenação: Nelson Oliveira  
Diagramação: Claudio Portella  
Pesquisa de fotos: Pillar Pedreira e Braz Félix  
Edição e revisão: Joseana Paganine, Maurício Müller e Pedro Pincer